

INTRODUÇÃO: PENSAMENTO CONSERVADOR E MODERNIDADE

*Michel Goulart da Silva**

Este especial reúne trabalhos que, a partir de diferentes perspectivas, procurem discutir aspectos relacionados a fenômenos conservadores ocorridos no século XX, ou seja, fenômenos que estão ligados “à pretensão de manter intacta, de conservar, portanto, de rejeitar o novo e o apelo à mudança, visto como riscos à ordem instituída” (Silva, 2010, p. 53). Certamente, essa delimitação é fluida e pouco precisa, na medida em que esses fenômenos são plurais e multiformes e, principalmente, caracterizam-se por práticas que muitas vezes engendram ideias e representações fortemente enraizadas nas diferentes sociedades. Por outro lado, ainda que alguns textos tratem de temas relacionados à primeira metade do século XX, percebe-se que todos eles trabalham com fenômenos que, embora distantes cronologicamente, expressam problemas do “tempo presente”, ou seja, de um tempo marcado por permanências e continuidades de fenômenos do passado recente.

Os temas reunidos no dossiê estão inseridos naquilo que convencionalmente se vem chamando de Modernidade, aqui entendida como “experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje” (Berman, 1986, p. 14). Esse é, por certo, um termo polêmico e que muitas vezes não permitiu enxergar as contradições das fases sucessivas do capitalismo, mas que, mesmo assim, pôde delimitar uma época histórica que, mesmo contemporaneamente, no meu entendimento,

* Mestrando em História na Universidade de Santa Catarina (UDESC). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

não se interrompeu. Sem entrar nos debates acerca de uma possível “modernidade interrompida” ou uma “pós-modernidade”, o que se pretende aqui ressaltar é que o dossiê abarca estudos que expressam a Modernidade em suas diferentes manifestações e contradições – revolução e contrarrevolução, razão e inconsciente, ditadura e democracia, entre outras possíveis relações binárias.

Entendo, contudo, que a Modernidade não se limita a polarizações binárias, mas expressas a dialética de processos fluídos onde não há polos estanques nem dualidades delimitadas, muitas vezes sendo possível encontrar, por exemplo, conservadorismo como parte do que se chama de “desenvolvimento econômico”. Sabe-se que na Modernidade, como em outras épocas, os fenômenos históricos e sociais são contraditórios e, embora não sejam isolados uns dos outros, apresentam lógicas e dinâmicas particulares.

O fenômeno conservador se constituiu na Modernidade como corpo de ideias ou de doutrinas, ou seja, de ideologias, ou na forma de práticas repressivas. Para Antônio Pierucci (1999, p. 18), o conservadorismo é “um projeto de sociabilidade antagonista do projeto da modernidade ilustrada”. Os eventos tidos como marcos do nascimento da Modernidade, como as revoluções econômicas e sociais do século XVIII, desde seu início enfrentaram alguma forma de oposição ou de resistência, um conjunto de manifestações que defendiam a permanência total ou parcial das estruturas da sociedade então existente ou que, embora vendo a necessidade de melhoria da sociedade, se opunham à radicalização dessas transformações ou a formas violentas de conquistá-las. Com isso, é possível incluir na terminologia ampla *conservadores*, no contexto das revoluções burguesas na Europa, o pensador e político Edmund Burke, uma parcela dos escritores românticos do século XIX ou os próprios setores contrarrevolucionários, como a nobreza e o clero. Assim, o conservadorismo constitui

uma resposta às teorias progressistas (modernas) que se distanciam da visão tradicional sobre o homem; no lugar desta, a ideia da história humana enquanto um processo aberto e pleno de possibilidades para o autodomínio do homem sobre a natureza e uma maior compreensão de si

mesmo, tendo como núcleo central não mais a religião e os costumes tradicionais, mas o indivíduo que age racionalmente (Silva, 2010, p. 54).

Portanto, em suas primeiras manifestações, o conservadorismo não se resume a uma ideologia de direita, mas pode ser definido como relação social que inclui práticas e representações e que tanto defende a conservação da sociedade como pode se insurgir contra “excessos” das forças vistas como “progressistas”, ou seja, essas formas conservadoras “se constituem e se difundem no campo metapolítico das relações sociais quotidianas, dos modos e estilos de vida e da luta cultural” (Pierucci, 1999, p. 18). Essa é uma formulação *política* para o fenômeno, que está inserida no âmbito dos embates de discursos entre posições contraditórias. Enfim, nesse sentido, é um conjunto de manifestação de resistência a mudanças econômicas, sociais e políticas. Em muitos casos, reivindica valores, crenças ou ideias tradicionais, mobilizando signos religiosos, como ocorre com o integralismo, no Brasil.

Esse tipo de conservadorismo se opõe ao processo de *modernização*, no sentido apontado por Berman, ou seja, processos sociais que dão vida ao turbilhão de transformações da Modernidade (Berman, 1986, p. 15). Um dos exemplos disso é uma parcela dos escritores românticos que, no final do século XVIII e início do XIX, se levantaram contra o capitalismo que se iniciava em defesa de formas pré-capitalistas de organização da sociedade. O político Edmund Burke (1982, p. 102), por sua vez, preocupado com a supressão dos “antigos costumes e regras da vida”, dizia que “nossos costumes e nossa civilização, e todas as boas coisas que deles decorrem, dependem há séculos, na Europa”, do “espírito de cavalheirismo” e do “espírito de religião”.

Outra possível manifestação de conservadorismo passa pelo que poderíamos chamar de fatores *sociais* ou *econômicos*, na medida em que se trata de elementos que não se pretendem antimodernos, mas que, fazendo parte da modernização capitalista, se colocam contra rupturas radicais. Para esse conservadorismo, há a necessidade de desenvolver e modernizar a sociedade, superando o que se considera como males do capitalismo. Mas essa forma de pensamento é uma expressão de um pensamento abertamente elitista, pragmático e contrarrevolucionário. Um dos termos para referir-se a alguns

dos processos relacionados a essa forma de ideologia é o de “modernização conservadora” ou “modernização através de uma revolução vinda de cima”. Em seu estudo clássico acerca do assunto, Barrington Moore Jr (1983, p. 1) “pretende explicar os diversos papéis políticos desempenhados pelas altas classes terra tenentes e pelos camponeses na transformação das sociedades agrárias (...) em sociedades industriais modernas”. Nesse processo, segundo o autor,

os mais bem-sucedidos dos regimes conservadores fizeram muito, não só ao destruírem a ordem antiga, mas ao estabelecerem a nova ordem. O Estado auxiliou a construção industrial de diversos modos importantes. Serviu de motor de acumulação no capitalismo primitivo, compilando recursos e dirigindo-os para a construção de fábricas. Dominando a mão de obra, também desempenhou um papel importante, de modo algum inteiramente repressivo (Moore Jr., 1983, p. 434).

O conceito de “modernização conservadora” poderia servir para definir diferentes experiências de transformação econômica e social, tanto aquelas pesquisadas pelo autor, como Japão e China ou a experiência fascista na Itália, como aquelas que passaram por processos de modernização que, para o caso do Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes, referindo à “revolução burguesa” no Brasil, verificou como um processo de transformação feito pelo Estado. Embora em suas tipologias Barrington Moore Jr procure relativizar o papel repressivo, no caso brasileiro esse processo, apesar de alguns lapsos democráticos, deu-se fundamentalmente pela mão forte de duas ditaduras, entre 1937 e 1945 e entre 1964 e 1985, ou seja, elaborando e reproduzindo ideologias conservadoras e engendrando práticas repressivas, enquanto alcançavam elevados índices de crescimento econômico e construindo uma infraestrutura econômica bastante sólida, especialmente industrial. Portanto, esse tipo de desenvolvimento pelo qual as elites brasileiras optaram passou, por um lado, pelo retraimento da democracia e pela extrema exploração da força de trabalho e, por outro, pela intervenção estatal na economia e por uma política de apostar no desenvolvimento do Brasil

como país que poderia alcançar um desenvolvimento econômico considerado “avançado”.

Os estudos aqui reunidos tratam dessas ambiguidades do conservadorismo, entendendo-o como fenômeno contraditório e plural e cujas manifestações não seguem um esquema definido ou uma lógica estabelecida, mas que, partindo das contradições de cada realidade particular, produzem processos particulares. Essas particularidades, contudo, não levam a pensar esses fenômenos como isolados, na medida em que, seja como imaginário social, seja como articulação política nacional ou internacional, seja como tradição cultural, esses fenômenos podem se misturar e se intercalar, produzindo mobilizações ou fenômenos ideológicos completamente novos, a cada conjuntura ou situação nacional específica.

Procuo no dossiê garantir uma pluralidade temática e reunir estudos sobre fenômenos ocorridos em diferentes momentos do século e em lugares diferentes e, quando possível, em perspectiva comparativa. Expressam-se nos textos posições políticas variadas acerca do conservadorismo, sem, contudo, cair numa negação sectária dos fenômenos conservadorismo e muito menos sem fazer uma defesa acrítica dessas manifestações, principalmente de suas expressões mais autoritárias, como os fascismos.

Bibliografia

- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURKE, E. *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- MANNHEIM, K. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, M. M. (Org.) *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982.
- MOORE JR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

- NISBET, R. *O conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987.
- PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SILVA, A. O. O pensamento conservador. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, ano IX, n. 107, abril 2010.
- VINCENT, A. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.